

Nova reunião na casa de Ulysses define proposta de reforma agrária

Da Sucursal de Brasília

José Luz

Relatores da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte definiram ontem a proposta de reforma agrária que o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, incluirá no anteprojeto de Constituição que entregará ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 70, na próxima quarta-feira, às 17h. Pela proposta, a imissão de posse somente se dará após pronunciamento do Judiciário, que terá noventa dias para se manifestar a respeito da desapropriação. Caso a decisão da Justiça seja favorável, ou não ocorra no tempo estipulado, a imissão será automática.

A decisão somente foi tomada depois de uma reunião realizada pela manhã na casa de Ulysses, localizada na Península dos Ministros, Lago Sul, em Brasília. O único participante não-peemedebista foi o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), centro-direita (segundo levantamento realizado pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos", em 19 de janeiro). Estavam presentes o relator Bernardo Cabral, os relatores-adjuntos Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), centro-esquerda, Nelson Jobim (PMDB-RS), centro, e José Serra (PMDB-SP), centro-esquerda, e do assessor da presidência do Congresso constituinte, Miguel Reale Jr.

Ulysses disse que essa proposta de reforma agrária "é muito avançada" e previu muito debate em plenário para sua aprovação. Anteontem, outra reunião foi realizada na casa do presidente do Congresso constituinte, na qual Ulysses aceitou o adiamento



Fernando Henrique Cardoso, senador

da entrega do substitutivo, dando prazo até quarta-feira para os relatores.

PFL

Ficou definido que hoje às 19h Ulysses Guimarães, Fernando Henrique, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, e Luiz Henrique (SC), centro-esquerda, líder do PMDB na Câmara, terão encontro com o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE) e com os líderes do partido no Senado, Carlos Chiarelli (RS), centro, e na Câmara, José Lourenço (BA), direita, para tentar obter apoio do segundo maior partido para a proposta da reforma agrária e outras definidas ontem.

Ficou acertado que no texto constitucional em preparo por Bernardo Cabral os mandatos do atual e dos próximos presidentes da República serão de cinco anos. Para o caso de Sarney, a definição constará das disposições transitórias e, para os que o sucederem, do capítulo sobre o presidente da República. Isso já havia sido definido pela Subcomissão

Substitutivo prevê pluralismo sindical

O substitutivo ao Projeto Cabral, em preparação pelos relatores e assessores da Comissão de Sistematização, mantém o pluralismo sindical, embora preveja que apenas um sindicato por categoria profissional terá representação junto ao poder público. Para o líder do PMDB no Senado e relator-adjunto da comissão, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), 56, isto não significa que o tratamento dado ao tema irá restabelecer o princípio do sindicato único por categoria.

Segundo Cardoso, "os trabalhadores decidirão qual o sindicato que irá

representá-los", de acordo com critérios ainda não definidos. O senador cita um exemplo para esse critério: o sindicato que tiver mais filiados poderia ser indicado como o representante oficial, estimulando a competição entre as entidades para tornarem-se mais representativas.

Quanto ao imposto sindical, o substitutivo deverá extingui-lo. Mas, se a categoria concordar em pagar uma taxa mensal ou anual, o trabalhador autorizará o desconto em folha de pagamento, como ocorre atualmente.

do Poder Executivo e pela Comissão da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo.

Parlamentarismo

Houve também acordo sobre o sistema de governo, que será parlamentarista puro e entrará em vigor 120 dias após a promulgação da nova Constituição. Pela proposta que deverá constar do substitutivo de Cabral, o presidente da República indicará o primeiro-ministro à Câmara dos Deputados, que deverá aprovar o nome por maioria absoluta. Presidencialista, Ulysses Guimarães afirmou que continua achando que é melhor para o país ter um presidente "forte", mas que a tendência parlamentarista é maior. Disse que, se adotado, o parlamentarismo deve ser puro e não misto.

Com relação à anistia reivindicada por militares cassados, constará do texto do relator Bernardo Cabral que os soldados atrasados não serão pagos e que não haverá reincorporação. Serão concedidas apenas promoções. O voto será o distrital misto. A aposen-

tadoria para os homens será dada após 35 anos de serviço e para a mulher após trinta. A legislação ordinária deverá estipular o tempo de serviço para as aposentadorias de trabalhadores em profissões insalubres.

Covas

O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, 57, disse ontem que tomou a iniciativa de cancelar uma reunião que ele próprio marcara para as 17h, em seu apartamento na Asa Sul, com o deputado Bernardo Cabral, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e outros integrantes da comissão.

Falando à Folha por telefone às 21h, o senador disse que o único motivo para o cancelamento é o fato de não ter conseguido preparar em tempo o material que pretendia discutir. Ele afastou a existência de qualquer relação entre o cancelamento e a reunião ocorrida de manhã na casa do presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães.

Seminário debate direito de opinião e à informação

Da Redação da Folha

Com a participação de cerca de setenta convidados, entre professores, jornalistas e proprietários de empresas de comunicação, a Reitoria da Universidade de São Paulo (USP) promove amanhã, na sala do Conselho Universitário, o seminário acadêmico "Direito à informação, direito de opinião". A coordenação geral do evento —cuja sessão de abertura está prevista para as 8h30— é do chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP, José Marques de Melo.

O seminário está dividido em três mesas-redondas. A primeira terá início logo após a abertura, e versará sobre o tema "As instituições políticas e jurídicas como reguladoras do direito à informação e do direito de opinião". O coordenador será o ex-deputado Freitas Nobre, enquanto a professora Jeanne Marie Machado de Freitas será a relatora do tema.

Às 14h, os participantes do evento discutirão "O controle do direito à informação e do direito de opinião exercido dentro do processo de produção jornalística". Gaudêncio Torquato será o coordenador da mesa e Cremilda Medina, a relatora. A terceira e última sessão começará às 18h, sobre o tema "Os mecanismos de intervenção e participação da sociedade civil para assegurar a observância do direito à informação e do direito de opinião" —sendo coordenada por José Marques de Melo e relatada por Carlos Eduardo Lins da Silva, professor de Jornalismo na USP e secretário de Redação da Folha. Cada uma das mesas contará também com a participação de quatro debatedores.

Carta fixará prazo para lei ordinária

Da Sucursal de Brasília

Antes de viajar na semana passada ao México, o presidente José Sarney, 57, justificou sua fixação no mandato de cinco anos com um argumento novo: este seria o prazo mínimo para institucionalizar totalmente o país, através das leis complementares à nova Constituição e da adaptação de todas as leis ordinárias ao novo texto constitucional. A idéia foi defendida em entrevista ao jornal mexicano "Excelsior" e teria sido sugerida pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos.

"O Saulo Ramos convenceu o presidente desta tese, porque ele (Sarney) estava mesmo inclinado a aceitar quatro anos de mandato. Foi o que o Saulo me disse", afirma o professor de Direito Constitucional José Afonso da Silva, assessor-jurídico do líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, e um dos participantes do grupo dos "doze apóstolos", que se reúne no 24º andar do prédio do Banco do Brasil em Brasília. Mas discordam da tese de Sarney e Saulo Ramos, além do próprio José Afonso, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), centro, e seus relatores-adjuntos Adolpho de Oliveira (PL-RJ), centro, e Fernando Henrique Cardoso, além dos deputados Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), direita, Bonifácio de Andrada (PDS-MG), centro-direita, e o senador Mário Covas.

Konder Reis —um dos autores do chamado "Projeto Hércules" (elaborado pelo "grupo moderado") e relator da Constituição de 1967— afirma que esta será a primeira Carta brasileira que estipulará prazos e definirá como será feita a adaptação das leis ordinárias e como serão elaboradas as leis complementares. "Tudo isso consta das disposições transitórias tanto do projeto

Textos anteriores não abordam tema

Boa parte da legislação ordinária vigente sobreviveu a todas as Constituições brasileiras desde 1934. Em 1946, a Constituição não fez referência às leis complementares. Em 1967, houve uma "autêntica queda-de-braço" entre o Executivo e o Congresso para a promulgação da Constituição, que foi encomendada pelo então presidente Castello Branco ao jurista Carlos Medeiros da Silva, e relatada pelo então senador Antonio Carlos Konder Reis. Promulgada em 24 de janeiro de 1967, a nova Constituição entrou em vigor no dia 15 de março, sofrendo logo 25 propostas de emendas que não foram sequer votadas.

Nem se chegou a pensar em leis complementares.

Esta Constituição teve vida curta. Foi revogada na prática pelo Ato Institucional nº 5 e pela Emenda Constitucional de 1969, embora se afirme "por aí que ela ainda vigora", diz Konder Reis.

Outro processo de adaptação que a nova Constituição vai deflagrar será nos Estados. O projeto "Hércules" delega poderes constituintes às Assembleias Legislativas Estaduais, para que façam novas Constituições. Se o parlamentarismo prevalecer, já se tem como certo que em alguns Estados também será adotado sistema de governo semelhante.

Bernardo Cabral como do "Projeto Hércules", diz ele. "O relator vai manter tudo isso em seu substitutivo", disse Adolpho de Oliveira.

O anteprojeto da Sistematização e o "Hércules" criam uma comissão de nove membros para propor, em seis meses, todas as alterações necessárias para "a organização institucional estabelecida nesta Constituição, sem prejuízo das iniciativas de representantes dos três Poderes". Esta comissão deve ser composta por três deputados, três senadores e três representantes do Poder Executivo. Bernardo Cabral vai, também, estabelecer um prazo para a promulgação das leis complementares necessárias —até o final de 1989.

Terminado este prazo, "o Supremo Tribunal Federal fará a regulamentação ainda necessária, mediante resoluções com força de lei", diz o "Hércules", no que deve ser seguido por Bernardo Cabral, segundo Adolpho de Oliveira.

"Nada disso é necessário, mas se as disposições transitórias estabelecerem a comissão de nove membros e os prazos, tudo bem", diz José Afonso da Silva. Tanto ele como o deputado Konder Reis acham que somente a vida prática e o próprio tempo vão definir quais as leis ordinárias que se tornarão inconstitucionais. "É só o tempo que mostra claramente o espírito da Constituição, sua filosofia, o que ela prevê e o que ela não prevê", afirma José Afonso.

Apesar disso, o relator-adjunto Adolpho de Oliveira já se comprometeu a preparar um levantamento de leis ordinárias que se tornarão inconstitucionais com a promulgação da nova Carta.

Para o deputado Bonifácio de Andrada "é conversa fiada" a tese presidencial da necessidade dos cinco anos para adaptar a legislação ordinária à nova Constituição.

Paulo Cercari



"MARAJÁS" INVADEM OS MUROS DA BELA VISTA

Aproveitando a divulgação da lista de "marajás" do funcionalismo estadual de São Paulo, no dia 14, os artistas plásticos "Cacá", 24, e "Araújo

Santa", 25 (na foto, da esq. para a dir.), picharam, na quinta-feira, o paredão da av. Monsenhor Passalacqua, continuação do elevador Costa e

Silva, na Bela Vista (centro). "Marajás", segundo o critério do governo do Estado, são servidores que ganham mais de Cz\$ 140 mil por mês.